

Aquecimento mais célere na Europa

Relatório da ONU, em parceria com o projeto Copernicus, destaca que a temperatura no continente foi 2,3°C superior em 2022 na comparação com a era pré-industrial (1850-1900). Ritmo é duas vezes mais rápido que a média mundial desde a década de 1980

As mudanças climáticas estão afetando os termômetros da Europa de uma forma mais potente em relação ao resto do mundo. É o que mostra um relatório publicado ontem pela Organização das Nações Unidas e pelo programa europeu Copernicus, segundo o qual o continente registra o ritmo de aquecimento mais acelerado no planeta. A temperatura média, destacam os especialistas, já é 2,3°C superior à da era pré-industrial.

De acordo com o monitoramento global, o planeta inteiro registrou aquecimento de quase 1,2 grau devido às emissões de gases de efeito estufa. Isso significa que, do Estreito de Gibraltar aos Urais, o ritmo de aquecimento é duas vezes mais veloz. Em novembro do ano passado, dados oficiais já indicavam que o Velho Continente registrava aquecimento ao ritmo de +0,5°C grau por década, superior à média das demais cinco regiões meteorológicas mundiais.

“A Europa é a região do mundo que está aquecendo mais rapidamente”, alertou o professor Petteri Taalas, secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM), no documento. Ele assinalou que, na maior parte do território europeu, “as temperaturas elevadas exacerbaram as secas intensas e violentas, alimentadas por violentos incêndios florestais, responsáveis pela segunda maior superfície queimada já medida no continente até hoje”.

Em 2022, segundo a base de dados da OMM, os fenômenos meteorológicos, hidrológicos e climáticos na Europa afetaram diretamente 156 mil pessoas e causaram 16.365 mortes, ocorridas quase exclusivamente devido a ondas de calor.

Estiagem

De outra parte, à medida em que o termômetro foi subindo, as chuvas ficaram abaixo do normal em grande parte do continente. Um fenômeno ilustrado em valores. Os prejuízos econômicos,

Andreas Solaro/AFP



Pessoas se refrescam e bebem água numa fonte em Roma, no verão passado: recordes negativos e previsões sombrias

AFP



Fazendeiro dinamarquês em plantação prejudicada pela seca

principalmente relacionados a enchentes e tempestades, foram estimados em cerca de US\$ 2 bilhões no ano passado (em torno de R\$ 10,4 bilhões na cotação da época). Em 2021, que registrou inundações excepcionais, chegaram a US\$ 50 bilhões (R\$ 279 bilhões).

“É o quarto ano consecutivo de seca na Península Ibérica e o terceiro nas regiões montanhosas dos Alpes e dos Pireneus”, explica o relatório. A França sofreu a pior estiagem já registrada desde 1976 entre janeiro e setembro, e o Reino Unido teve o período mais seco entre janeiro e agosto, assinalou o relatório.



» Emissões em alta

Em 2021, o ano mais recente com uma série completa de dados, a concentração dos três principais gases do efeito estufa (carbono, metano e óxido de nitrogênio) atingiu níveis recordes. Essas emissões continuaram aumentando no ano passado, de acordo com dados parciais. Os únicos dados promissores no sombrio relatório são das energias solar e eólica, que juntas, pela primeira vez, produziram mais eletricidade (22,3%) do que o gás de origem fóssil (20%) e o carvão (16%).

Além disso, as geleiras alpinas sofreram “uma perda de massa recorde em um ano”. Uma situação, conforme a análise de especialistas, que se deve “à pouca neve durante o inverno, a um verão muito quente e à chegada da poeira do Saara”. Desde 1997, as geleiras europeias perderam

cerca de 880km³ de gelo. Completando o cenário, a temperatura média da superfície do mar no Atlântico Norte foi a mais quente já registrada.

“O ano de 2022, infelizmente, não é um caso único ou uma anomalia climática”, comentou Carlo Buontempo, diretor do

Observatório da Mudança Climática Copernicus (C3S) da União Europeia (UE). Na verdade, observou Buontempo, trata-se de uma “tendência que tornará os episódios extremos de estresse térmico mais frequentes e intensos”.

De fato, 2023 já se mostra preocupante. A temperatura média global no início deste mês — fim da primavera no Hemisfério Norte — marcou um recorde por uma “margem substancial”, advertiu o serviço europeu Copernicus na semana passada. “O mundo acaba de viver o início de junho mais quente já registrado, depois de um mês de maio que foi apenas 0,1°C mais fresco que o recorde para esse período”, informou, por meio de um comunicado, a diretora adjunta Samantha Burgess.

Conhecido por seu frescor, o norte europeu enfrenta eventos climáticos extremos antes mesmo do início do verão. A seca se instalou na região com seus solos áridos e a ameaça de incêndios florestais, como os que devastaram a Suécia em 2018. “Preciso de água”, diz o agricultor Lars Jonsson ao lado de sua fazenda no leste da Dinamarca, enquanto olha para o solo amarelado incomum nessa época.

Segundo o serviço europeu Copernicus, 89,5% do território dinamarquês encontrava-se em situação de seca no fim de maio. Os períodos sem chuva estão se tornando mais longos e frequentes no país escandinavo de 5,9 milhões de habitantes. As autoridades multiplicam os apelos para que a população economize água.

Mais ao norte, a situação também aflige. Mais da metade do território da Finlândia e 48,2% da Suécia são afetados pela seca. A Noruega também enfrenta uma estiagem incomum. No entanto, devido às mudanças climáticas, as chuvas aumentaram em geral em 20% desde 1900, de acordo com a Agência Ambiental Norueguesa. “Chove mais, mas é mais concentrado, não se espalha no tempo como precisaríamos: muito em uma semana, depois nada em um mês”, analisou o meteorologista Håkon Mjelstad.

Tratado histórico para proteção do alto-mar

Depois de 15 anos de negociações, os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovaram, ontem, o primeiro tratado para proteger o alto-mar, considerado um avanço histórico de conservação. “O oceano é a força vital do nosso planeta. Hoje, ganhou vida nova e uma nova esperança para ter uma chance de lutar”, disse o secretário-geral da ONU, António Guterres, que saudou a conquista, mas lembrou que o trabalho “ainda não acabou”.

O pacto, que poderá começar a ser assinado pelos Estados a partir de 20 de setembro, começará a valer 120 dias depois de que tenha sido ratificado por um mínimo de 60 países. “Peço que não poupem esforços para que o acordo entre em vigor”, apelou Guterres. As ONGs estão confiantes, já que a coalizão soma 50 países, incluindo União Europeia, Chile, México, Índia e Japão.

O tratado cria um marco legal

para estender as faixas de proteção ambiental até as águas internacionais, que constituem mais de 60% dos oceanos do mundo. Para o chanceler chileno, Alberto van Klaveren, o documento aprovado é “essencial para a governança dos oceanos, baseada na justiça e na inclusão”, enquanto para a Venezuela é uma “vitória dos países e dos povos do sul”.

Por sua vez, o México destacou que o documento imprime um “compromisso pelo Estado de direito internacional”. A Rússia, porém, já se distanciou do consenso ao classificar algumas partes do texto como “totalmente inaceitáveis”.

Plano de ação

O diplomata cubano Yuri Gálvez, que falou em nome do Grupo dos 77 e da China, ressaltou a “batalha” travada pelos países do sul para incluir alguns aspectos-chaves do acordo,

AFP



Sacola de plástico nas águas do Oceano Índico: desafios em série

concluído em março. Para Liz Karan, da ONG Pew Charitable Trusts, a adoção do tratado “estabelece um plano de ação para os próximos passos”.

“Oceanos saudáveis, das águas costeiras ao fundo do mar e alto-mar são parte integral da saúde, do bem-estar e da sobrevivência humana”, defendeu,

recentemente, um grupo de cientistas na revista científica *The Lancet*. Porém, com boa parte dos oceanos do mundo fora das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) dos países e, portanto, da jurisdição de cada Estado, criar uma proteção para o alto-mar exigia cooperação internacional.

Uma ferramenta-chave do tratado será a capacidade de criar áreas marinhas protegidas em águas internacionais. Atualmente, apenas cerca de 1% do alto-mar está sob alguma medida de conservação. O pacto é considerado essencial para que os países protejam 30% das terras e dos oceanos do mundo até 2030, como acordaram os governos do mundo em um acordo firmado em dezembro em Montreal.

Oficialmente conhecida como tratado de “Biodiversidade além da Jurisdição Nacional”, a convenção também introduz requisitos para a realização de estudos sobre os impactos ambientais de

atividades planejadas em águas internacionais. Embora não estejam detalhadas no texto, elas incluiriam pesca, transporte marítimo e objetivos mais polêmicos com a mineração em áreas profundas ou inclusive programas de geoengenharia para combater o aquecimento global.

O tratado estabelece também princípios para compartilhar os benefícios dos recursos genéticos marinhos provenientes do alto-mar, obtidos em expedições e pesquisas em águas internacionais, um ponto que quase fez fracassar as negociações em março.

Os países em desenvolvimento, que em geral não têm recursos para financiar pesquisas caras, lutaram para não serem privados desses benefícios que muitos veem como um grande mercado futuro, em especial na busca por “moléculas milagrosas” para a indústria farmacêutica e cosmética.